



**REPÚBLICA DE ANGOLA**

**Discurso**

de Sua Excelência Doutor Job Graça, Ministro do Planeamento e  
Desenvolvimento Territorial

na Defesa do Relatório de ANGOLA que combina os 4º e 5º

Relatórios

Periódicos sobre a Implementação do Pacto Internacional Dos  
Direitos Económicos Sociais e Culturais (PIDESC)

58ª Sessão do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e  
Culturais das Nações Unidas

Palais Wilson, Genebra,  
14 -15 de Junho de 2016

**Exmo. Senhor Presidente,  
Distintos Membros do Comité,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

## **1. A Delegação Angolana e os seus Objectivos**

É, para mim, uma grande honra, representar o meu país e partilhar convosco os **nossos** desafios,  
os **nossos** avanços,  
mas, acima de tudo, para reafirmarmos o **nosso** compromisso,  
o **nosso** empenho na construção de um país mais equilibrado,  
mais justo,  
onde todas as pessoas vejam respeitados os seus direitos fundamentais,  
onde elas possam trabalhar com dignidade e num ambiente seguro,  
e onde lhes seja garantida a educação necessária para contribuírem, também, com  
o seu conhecimento, para o esforço, de todos, visando o desenvolvimento  
sustentável.

Acompanham-me nesta missão, os Secretários de Estado da Educação,  
da Saúde, da Assistência e Reinserção Social,  
e do Urbanismo e Habitação,  
Magistrados e, também, Directores Nacionais e Técnicos desses sectores, que  
estarão disponíveis para responder às questões dos Senhores Comissários e  
ajudar a melhor compreender o nosso Relatório e a real situação do nosso país.

## 2. A Paz, os seus Dividendos e os Direitos Humanos

Senhor Presidente;

Angola celebrou, no ano passado, quarenta anos de independência.

Custa-nos muito, ainda hoje ter de lembrar isso, mas um terço deste tempo foi vivido em clima de guerra,  
uma guerra atroz,  
que além de adiar a esperança de todo um povo,  
que além de destruir milhares e milhares de famílias e de ceifar vidas, principalmente dos jovens,  
destruiu escolas,  
destruiu hospitais, pontes, estradas, infraestruturas importantes para qualquer país, e atrasou claramente o nosso desenvolvimento.

E lembramos isso, porque a realidade do meus país, hoje, não pode ser bem compreendida,  
se esse triste momento do seu passado recente, for esquecido.

Felizmente, esse tempo acabou e a paz chegou.

E nós, hoje, somos levados a concordar que,

*“a paz é a maior arma para o desenvolvimento que qualquer povo pode ter” e que  
“a paz e a segurança são as condições essenciais para o desenvolvimento da democracia, do Estado de Direito e para a promoção dos Direitos Humanos”.*

Exmo. Sr. Presidente,

Distintos Comissários,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Acabei de citar Nelson Mandela, o Madiba da África do Sul e do mundo, e José Eduardo dos Santos de Angola.

**Como estavam e estão certos, estes filhos de África e grandes estadistas!**

Essa paz devolveu-nos a esperança que a guerra quase matara.

E a cada dia,

este clima de paz, que hoje vivemos, tem ajudado a semear, em cada angolano, a coragem

para enfrentar os desafios do presente,

a confiança num futuro melhor

e fortalece, em cada um de nós, a vontade de trabalharmos, cada vez mais, *para fazer de Angola um país bom para se viver.*

A paz,

Senhor Presidente,

Distintos Membros do Comité,

deu-nos uma verdadeira oportunidade para iniciar um novo ciclo na nossa história.

Em 2008, realizamos as primeiras eleições gerais, pós-conflito;

Em 2010, deixamos de ter uma simples Lei Constitucional e aprovamos a nossa Constituição,

assente em valores universais, onde definimos os princípios e estabelecemos os pilares necessários para a construção de uma sociedade mais democrática.

Foi, já, à luz desta Constituição que realizamos as eleições gerais, em 2012.

Além de um novo sistema de governo, que garante maior estabilidade política, a **Constituição** veio conferir força legal máxima a certos direitos fundamentais,

veio alargar o âmbito dos direitos sociais e económicos,  
veio criar melhores mecanismos de defesa e salvaguarda dos direitos fundamentais,  
com a criação do tribunal constitucional, que dá maiores garantias aos cidadãos na defesa dos seus interesses.

Estas alterações acabaram por aumentar também a responsabilidade do próprio Estado e dos órgãos da Administração Pública na realização da justiça.

No capítulo da justiça, aliás, além da profunda reforma legislativa em curso, além da reforma do sistema judiciário, criamos também um ministério autónomo, que tem a missão de criar políticas e desenvolver actividades para fortalecer mais o nosso sistema de protecção dos direitos humanos; estou a falar, especificamente, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

O nosso compromisso com o fortalecimento da democracia e da garantia dos direitos humanos, Senhor Presidente, deu-nos o impulso necessário para assinar uma série de instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis Desumanos e Degradantes, a Convenção Contra a Discriminação Racial e a Convenção sobre os Desaparecimentos Forçados.

Senhor Presidente,

Este esforço no sentido de melhor organizar o Estado e as suas instituições;  
Esta intensa produção e revisão legislativa e materialização de programas  
permitiu-nos criar as condições objectivas para melhorar a nossa capacidade de  
gestão do país e ir resolvendo os nossos principais problemas sociais.

Por isso, hoje, **com orgulho**, podemos afirmar que os angolanos vivem mais do  
que viviam, antes e durante a guerra.

No início deste milénio, a nossa esperança média de vida era de quarenta e quatro  
anos,  
hoje, aumentou para sessenta anos;

hoje, **com orgulho**, podemos afirmar que os nossos filhos têm mais escolas,  
que muitas daquelas crianças e muitos daqueles jovens que antes não podiam  
sequer sonhar em sentar-se numa carteira, graças a paz e ao nosso esforço para  
melhorar o sector da educação, podem, hoje, realizar o que antes nem podia ser  
sonhado.

De dois mil e oito a dois mil e quinze, a população estudantil do nosso país  
aumentou de cinco milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e  
cinquenta e nove estudantes, para quase nove milhões.

Graças a este investimento e a este compromisso,  
com orgulho, podemos dizer que produzimos uma importante mudança estrutural:  
quando conseguimos a nossa independência, cerca de setenta e cinco por cento  
dos angolanos eram analfabetos;  
hoje, cerca de setenta por cento da nossa população está alfabetizada!

Senhor Presidente,  
Distintos Membros deste Comité;

Como na educação,  
foram também realizados grandes investimentos no sector da saúde.  
Estes investimentos permitiram instalar pelo menos um hospital em cada município,  
permitiram baixar a taxa de mortalidade infantil e,  **muito importante**  também,  
diminuir a mortalidade materna.

É inegável que hoje conseguimos salvar mais vidas e cuidar melhor das nossas populações.

**Tudo isso é verdade, Senhor Presidente,**

**Mas, para nós, Governo angolano,**

enquanto não conseguirmos erradicar, completamente, doenças como a poliomielite,

enquanto não conseguirmos erradicar doenças como a malária, a febre amarela,

enquanto não conseguirmos diminuir ainda mais a taxa de prevalência do HIV-SIDA,

**Não poderemos dizer que estamos satisfeitos com a nossa saúde.**

Não podemos estar satisfeitos enquanto ainda morrem crianças, por falta de cuidados de saúde.

Podemos garantir-vos, sim, que o Governo angolano está e vai continuar a tudo fazer para garantir mais hospitais às populações,

para garantir mais médicos

e, fundamentalmente, para melhorar o seu sistema de medicina preventiva.

Senhor Presidente,  
Distintos Membros do Comité,

De 2002 a 2015, o investimento público nos sectores das infraestruturas e sociais, resultou em importantes ganhos para Angola;

A construção e a reabilitação de 19.176 quilómetros de estradas permitiu voltar a ligar o país,

mas permitiu também o reencontro das nossas famílias, o abraço entre irmãos;

As 1.138 pontes,

os 3 caminhos-de-ferro,

os portos e os aeroportos construídos e reabilitados,

melhoraram as possibilidades das nossas populações escoarem os seus produtos e com isso desenvolverem-se economicamente,

O aumento da nossa capacidade de produção de eletricidade, de setecentos *megawatts* para dois mil, trezentos e cinquenta e quatro, levou energia, mas também levou potencial de desenvolvimento, informação e possibilidade de interacção com o mundo a mais famílias.

E contamos levar electricidade a muitas mais famílias, quando entrar em funcionamento a barragem hidroelétrica de Laúca, já no próximo ano, que vai representar um acréscimo de dois mil e setenta *megawatts* ao total actualmente instalado.

**Estes esforços, nos sectores da educação e da saúde e também da economia real, tem, hoje, claros reflexos no nosso índice de desenvolvimento humano;**



**de dois mil e doze até ao ano passado, este índice tem melhorado em cerca de três por cento ao ano, o que corresponde a uma das maiores taxas da região da África Subsaariana, nesse indicador.**

É verdade que o nosso país atravessa, hoje, uma crise económica e financeira, devida a queda do preço do petróleo no mercado internacional;

É verdade, que esta situação aumenta as dificuldades do governo na materialização dos seus objectivos estratégicos, de continuarmos a edificar os nossos sonhos com o ritmo anterior.

Senhor Presidente,

O meu Governo tem uma Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo, "Angola 2025", que começou a ser executada através de Programas de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos, e de Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

Actualmente, a Estratégia Angola 2025 é executada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que contém 229 Programas de Acção Fundamentais, transversais e sectoriais, para implementação de 11 Políticas Nacionais.

Graças a estas políticas, nos últimos anos, obtivemos os resultados muito positivos, que, de modo breve, descrevi.

É com base no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, assente, na Estratégia Angola 2025,

que foi já aprovada, e está em execução, uma Estratégia para a Saída desta Crise que,  
com o pressuposto de um maior controlo e mais qualidade e eficácia das despesas do Estado,  
adopta medidas de incentivo e de fomento à produção interna, essencialmente, dos produtos que compõem a nossa cesta básica e dos produtos não petrolíferos que tem potencial de exportação.

O enfoque principal dessas medidas é a aceleração da diversificação económica, para a salvaguarda dos direitos e interesses dos cidadãos angolanos mais carenciados.

### **3. Alguns Desafios e o Compromisso Reiterado**

Senhor Presidente,  
Distintos Membros do Comité

Apesar dos progressos já alcançados, temos consciência de que é necessário fazer mais para superarmos os desafios;

Como aumentar a eficácia na Luta contra a Corrupção,

Melhorar a transparência,

E aumentar a cultura de prestação de contas na gestão do património público.

Reconhecemos que alguns processos de realojamento deveriam ter sido melhor organizados;

E é com base nesse reconhecimento que estamos a trabalhar para melhorar o desempenho das nossas instituições, através da sua melhor instalação e apetrechamento e, sobretudo,

através da formação, no âmbito de um vasto programa,  
o Plano Nacional de Formação de Quadros 2014-2020;

Realizamos em 2014 o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação, desde a nossa independência,  
para melhorar o nosso conhecimento do País e, assim, aperfeiçoar o exercício do planeamento do desenvolvimento económico, social e cultural,  
e promover a eficiência, a eficácia e a efectividade das políticas públicas.

Para conseguirmos superar os nossos desafios será necessário produzirmos mais,  
será necessário gerirmos melhor os nossos recursos,  
será necessário sermos mais eficientes.

Será necessário sermos mais eficientes  
para providenciar o acesso a habitação condigna, às muitas famílias que ainda vivem em zonas de risco,  
para conseguiremos erradicar a pobreza,  
para melhorar o acesso a educação e a saúde de qualidade.

**É com este espírito e acção estratégicos, Senhor Presidente, que vamos continuar a trabalhar para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos.**

**Não vamos permitir que as dificuldades atrapalhem o nosso percurso para o desenvolvimento sustentável.**

**Como no passado, com responsabilidade,  
mas acima de tudo com a criatividade que o caracteriza,**

**o povo angolano saberá ultrapassar esse momento,  
e fazer da crise uma oportunidade.**

Caro Presidente,  
Distintos Membros do Comité,

Culpar o passado não melhora o presente,  
mas é impossível construir o futuro sem consciência histórica.  
África continua a sofrer as fortes consequências da destruição e da modificação  
das suas estruturas sociais,  
económicas,  
políticas e religiosas que lhe foram impostas.

Por isso o nosso empenho não se restringe as nossas fronteiras.  
Temos partilhado a nossa experiência na região para contribuir para a estabilidade  
no continente.  
O desenvolvimento sustentável do continente continuará adiado enquanto  
existirem focos de tensão.

Encorajamos a Comunidade internacional a continuar a encetar esforços para  
conquistarmos a estabilidade do continente.

**Existe, na filosofia africana, o conceito “ubuntu”, que exprime a crença na  
importância do esforço conjunto;  
segundo esta filosofia, somos o que somos, graças ao que somos todos nós.  
E com isto, quero reafirmar o nosso compromisso e a nossa total abertura,  
para, convosco, podermos fazer de Angola um país melhor.**

**Muito obrigado!**